

EDUCAÇÃO E TRABALHO: UM RETORNO EM MARX

Magali Seidel Kunz¹

Resumo:

Este artigo tem como objetivo resgatar o período historicamente delineado da Politecnia em seu surgimento, através de seus principais formuladores e críticos. A partir deste pressuposto, procura manifestar, através de um estudo bibliográfico, as características fundamentais da sociedade na época em que emergiu a sociedade em Marx, século XIX, e a utopia em relação à luta pela ascensão da emancipação humana, conseqüentemente a superação da sociedade de classes. Cabe salientar ainda, o apanhado realizado referente aos grandes difusores da proposta marxista, Gramsci, Saviani e Kuenzer. Esta modalidade de ensino no tempo atual ainda é difundida, e passa a ter novos interlocutores e novos questionamentos. O artigo conclui trazendo a tona a necessidade de estimular e fazer avançar os debates que cerceiam o teórico-prático da Politecnia, propiciando assim, uma compreensão em relação ao que se busca sanar com a implantação desta organização de ensino, que articula-se entre educação e trabalho.

Palavras-chave: Educação e Trabalho, Emancipação Humana, Escola Universal, Politecnia, Sociedade de Classes.

INTRODUÇÃO

Faz-se de grande valia realizar um apanhado histórico em relação ao estudo da politecnia, diria até, revisitar os períodos que transcorreram os caminhos e os percalços desta modalidade de ensino, marcada por contradições pertinentes no que faz menção a escola, com princípios de ser universal pública e gratuita. Foram muitas as conquistas acerca da educação, principalmente o que hoje denominamos Ensino Médio (GRAMSCI, 1982).

2 A POLITECNIA E O MUNDO

Inicialmente é pertinente a este resgate histórico, que se parta do princípio da conceituação de politecnia, tornando inteligível a compreensão desta modalidade de ensino. A ideia do que hoje conhecemos por politecnia, foi esboçada por Karl Marx², em meados do século XIX, ou seja, possui em sua íntegra uma concepção marxista.

¹ Aluna do Mestrado em Educação da URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen. Bolsista Fapergs - magali.seidel.kunz@hotmail.com

² Faz-se necessário compreender a biografia de maneira sucinta de Karl Marx. Segundo Gadelha (2008), Marx foi um filósofo e socialista revolucionário muito influente em sua época, até os dias atuais. É muito conhecido por seus estudos sobre as causas sociais. Uma de suas teorias seria acabar com o sistema capitalista através da emancipação do proletariado.

Para compreender a essência da politecnicidade, é necessário abranger a sociedade para Marx, a escola era escassa, e o trabalho alienado hegemônico. A sociedade do século XIX, ateadada tipicamente em um sistema capitalista, encontrava-se cristalizada por interesses distintos, extremos opostos.

Ainda jovem Marx, impregnou-se do Iluminismo francês³. Este movimento procurou mobilizar o poder da razão, a fim de reformar a sociedade. A sociedade capitalista do século XIX em especial a indústria moderna, encontrava-se em um espaço cerceado em constantes mudanças e transformações por meio da maquinaria e de processos químicos, gerando constantes repercussões na divisão do trabalho originalmente sexual e, posterior em virtude de disposições naturais.

Isso para Marx (2008, p.558) “[...] reproduz em sua função capitalista a velha divisão do trabalho com suas peculiaridades rígidas”, a divisão do trabalho resultava em uma insegurança para o trabalhador. Em suma, Marx objetivava terminar com o trabalho mal remunerado e, fazer com que o trabalhador (criança ou jovem) compreendesse todos os processos envolvidos na manufatura do produto.

O trabalho infantil nas fábricas era uma realidade, esta superação se daria através de uma formação propiciada pela educação. Assim, no ingresso de crianças e jovens as fábricas lhes era arrancada à única possibilidade de instrução e alternativa de mudança social. Desse modo, Marx anunciaria uma relação entre formação acadêmica e trabalho produtivo, com o intuito de romper o processo de alienação. Para o autor, seria composto o maior e mais seguro caminho para uma transformação social, desenvolvimento pleno.

As disposições das leis fabris em relação à educação anunciavam o fato de que a criança e o adolescente que realizavam ação trabalhista em turno inverso ao escolar, possuíam um ótimo desempenho educacional, ou seja, para Marx (2008, p.553) “[...] as crianças empregadas nas fábricas embora só tivessem meia frequência escolar, aprendiam tanto e muitas vezes mais que os alunos regulares que tinham a frequência diária integral”.

Segundo Marx & Engels (2011, p.85) a politecnicidade pode ser preconizada como “[...] a sociedade não pode permitir que pais e patrões empreguem, no trabalho, crianças e adolescentes, a menos que se combine este trabalho produtivo com a educação”.

³ Segundo Japiassú e Marcondes (1996) considera-se que o Iluminismo foi um movimento filosófico que se desenvolveu particularmente na França, Alemanha e Inglaterra no século XVIII, levando consigo a defesa da ciência e, da racionalidade crítica, tomando posição contrária à fé e ao dogma religioso.

Da mesma forma, no século XX uma das grandes referências do pensamento de esquerda foi Gramsci⁴. A escola profissional também passou a compor o cenário da educação italiana, com a reforma de Gentile⁵.

Defendia que uma escola formadora não somente técnica, mas, intelectual, era radicalmente contra a submissão do proletariado ao controle burguês. Segundo Gramsci era necessária uma reformulação no contexto educativo da época, o qual acreditava que:

A tendência, hoje, é a de abolir qualquer tipo de escola "desinteressada" (não imediatamente interessada) e "formativa", ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. (GRAMSCI, 1982, p.118)

A divisão escolar existente na época contemplava a modalidade profissionalizante e clássica. A primeira destinada às classes desfavorecidas fazia-se intrínseco aprender uma profissão. Já a clássica, reservava-se a elite, gozando de modo integral aos estudos. Percebe-se, a posição contrária de Gramsci em relação a essa educação que acabava por servir apenas de beneficiária ao sistema capitalista de organização da sociedade, passando a exercer (a escola) uma função elitista. Marx e Gramsci justificavam-se através da representação da emancipação do homem, tendo o trabalho como princípio educativo.

Desse modo Gramsci procurava propor uma alternativa para romper com esta escola dual, alicerçado na ideia de uma:

Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI, 1982, p. 118).

Assim sendo, este equilíbrio entre o manual e o intelectual auxiliará a superação da alienação do homem. Ainda para Gramsci (1982, p.121).

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, "humanismo", em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor à tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa.

Faz-se de notável interesse salientar a ressalva de que Gramsci procura ir além do conceito marxista, propondo uma escola unitária dentro de uma nova ordem, na qual as

⁴ Japiassú e Marcondes (1996), Gramsci foi difusor da ideia marxista. Teve grande influência sobre a fundação do Partido Comunista em 1921. É considerado um dos inspiradores do eurocomunismo.

⁵ Giovanni Gentile, então ministro da educação na Itália, realiza uma ampla reforma do sistema educacional italiano, sob o ponto de vista administrativo como didático-pedagógico. O decreto de Reforma do Ensino Médio foi promulgado em maio de 1923 (HORTA, 2008).

variadas classes receberiam uma formação humanista, de cultura geral, desenvolvendo condições para a produção intelectual.

A partir deste pressuposto, em que Gramsci enfatiza a emancipação cognitivo-intelectual, tem-se em vista uma escola democrática, organizada culturalmente, formando o homem coletivamente, mudando sua visão de mundo, politizando conscientemente os jovens. Então para Gramsci, segundo Soares (2008, p.381)

Formar uma consciência unitária dos trabalhadores é mudar sua visão do mundo, as ideologias, e isso implica em criar uma nova ética, uma nova “norma de conduta” adequada à nova visão do mundo. Essa é a base de uma reforma intelectual (ideologias) e moral (norma de conduta) – teórica e prática - essencial à fundação de um novo estado, pois é ela que pode levar a uma nova “direção cultural”, à hegemonia do proletariado.

Fazia-se intrínseco a ruptura deste paradigma que acabava por gerar um distanciamento entre a teoria e a prática além de, abandonar velhos hábitos, era necessária a incorporação de uma política de escolarização dos jovens. Evidenciando-se a formação de um homem omnilateral⁶, resultando em um equilíbrio entre trabalho manual e intelectual.

Gramsci (1982) defendia que as classes subalternas, deveriam encontrar na escola situações de superação do folclore, com o intuito de difundir uma concepção mais moderna e aprimorada sobre as coisas e os fatos. Mas segundo Althusser (1980), a escola, como aparelho privado da hegemonia, (Aparelhos Ideológicos do Estado⁷), acabaria por reproduzir a sociedade capitalista.

Gramsci acredita que o espaço escolar é altamente propício para a transformação, negando o papel de reprodução da sociedade burguesa nesse meio, pois:

De acordo com o método dialético, Gramsci vê o movimento social como um campo de alternativas, como uma luta de tendências, cujo desenlace não está assegurado por nenhum ‘determinismo econômico, de sentido unívoco, mas depende do resultado da luta entre vontades coletivas organizadas. (COUTINHO, 1989, p.23).

De fato, a escola propiciaria uma instrumentalização à classe subalterna, ao mesmo tempo em que poderia superar as situações de senso comum, caberia então ao homem a superação deste trabalho alienado.

3 A POLITECNIA NO BRASIL

Como sabemos, o debate sobre Ensino Médio não é novo. Sua dualidade sempre presente demarcava uma escola secundária para os que podiam gozar seu tempo aos estudos

⁶ Trata-se do “(...) homem consciente dos problemas de seu tempo, de seu mundo, um sujeito capaz de contribuir para produção de uma sociedade mais justa e igualitária” (CRUZ, 2004).

⁷ O Aparelho Ideológico do Estado (AIE) opera preferencialmente e principalmente pela ideologia. É a ideologia das elites dominantes. É a ideologia burguesa capitalista, difícil de ser combatida (MARQUES, 2008).

de modo integral e profissional para preparar a grande massa populacional para o mundo do trabalho com mão-de-obra barata para os demais.

Inicialmente o período em que o ensino médio não obteve duplo caráter foi antes do processo de industrialização, porque na verdade eram tomadas atitudes cruéis, simplesmente excluía da escola os jovens destinados ao trabalho. (BUFFA E. E NOSELLA, P, 1998).

Esta situação mobilizou muitos educadores, que defendiam a igualdade social e uma equidade na educação. A partir disso, muitas foram às tentativas de harmonizar a escola humanista e a do trabalho em um sentido amplo (diplomas e currículo).

Durante várias décadas a modalidade politécnica ficou latente no país, firmando-se mais tarde quando Dermeval Saviani em um debate pedagógico em meados da década de 80 fez ressurgir a crítica ao especialismo e ao autoritarismo em educação, provenientes do período de governo militar da década de 60 (RODRIGUES, 1998, p. 34).

Com o Golpe de 64⁸, o país foi sustentado pelo ideário militar. Sob essas condições, a educação teve como propósito fornecer elementos humanos para a produção do capital e, o ensino, em todas as áreas da educação brasileira, passou a ser vigiado pelas forças armadas.

A política educacional militar deveria ser vista como uma forma utilizada pelo regime para assegurar a dominação pertinente ao exercício de uma política subordinada e mantenedora do processo de acumulação de capital, tentando, desta forma, afastar os conflitos e tensões existentes que atrapalhavam a obtenção da hegemonia.

Com o fortalecimento dos trabalhadores e o processo de enfrentamento do regime dos militares no final da década de 70, havia um clima político favorável ao resgate das alterações (por parte de autores socialistas) em relação ao papel social e político da educação em seu sentido amplo, bem como, no que fazia referência à educação dos trabalhadores. Além disso, o governo investiu em um desenvolvimento econômico acelerado. Assim, a educação profissionalizante, significou formação de recursos humanos e qualificação (acelerada) de mão-de-obra, tendo como pano de fundo a Teoria do Capital Humano.

A Teoria do Capital Humano, trata-se de uma Teoria que os intelectuais da burguesia mundial produziram para explicar o fenômeno da desigualdade entre diferentes grupos sociais, sem procurar compreender os fatores fundantes desta desigualdade, que nada mais é que a propriedade privada, no poder da burguesia, refletindo de fato, em uma relação conjunta e desigual do único “bem” que a classe trabalhadora e proletariado possuem, sua força de trabalho (Frigotto, 2006).

⁸ O golpe militar de 64 estabeleceu no Brasil uma ditadura militar que permaneceu até 1985. O regime militar foi endurecendo o governo e tornando legalizadas práticas tortura. O golpe impediria tentativas de implantação de uma política comunista no Brasil, com os anos viriam os Atos Institucionais e o regime que tomara o poder através de um golpe se estabeleceria sobre bases legais, porém autoritárias (JUNIOR, 2010).

Schultz (1962) explica que a teoria do capital humano (por ele elaborado) surgiu entre 1956 e 1957. O autor percebeu que muitas nações (em especial nos Estados Unidos da América) estavam investindo fortemente em si mesmas (constituindo o capital humano), refletindo com grande influência na economia e, que aquilo que constituía basicamente este capital era o investimento na educação.

No Brasil vários intelectuais na década de 1980, influenciados pelo marxismo promoveram um importante avanço, rompendo posturas economicistas, tecnicistas, positivistas e funcionalistas, presentes na educação. Aqui cita-se em especial Saviani⁹.

Para Saviani o ensino médio, assume grande relevância, pois considera-o, o grande nó do ensino brasileiro, em que o mesmo padece de uma indefinição, ora pende para finalidades específicas do ensino fundamental, ora se aproxima de perspectivas de ensino superior. Saviani compreende o trabalho como referência implícita nas disciplinas e, assim procura trazer o modo como o trabalho é organizado na sociedade moderna, denota-se então por excelência, a educação politécnica (RODRIGUES, 1998).

Como remonta historicamente Rodrigues (1998, p.35).

Com a promulgação da Constituição em 1988, abriu-se o período dos debates acerca das chamadas *leis complementares*, que necessariamente decorreriam da nova Carta. Com isso, a discussão em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) irrompeu no país levando consigo o debate da politécnica.

Assim, Saviani introduziu de maneira preliminar conceitos de desenvolvimento omnilateral e formação politécnica utilizados mais tarde para a formulação da nova LDB (RODRIGUES, 1998).

Tanto no anteprojeto apresentado pelo deputado Otávio Elísio (1988) como o esboço construído por Saviani (1988), lia-se “Art.35 A educação escolar de 2º grau (...) tem por objetivo geral propiciar aos adolescentes a formação politécnica necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo” (ELÍSIO, 1998, p.03 apud RODRIGUES, 2009, p.175).

Esta proposta de educação marxista não obteve êxito no decorrer desta trajetória, restando apenas menções inconsistentes que fazem relação com a politécnica. Como pode-se verificar “Art.22 A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (Lei 9.394/96).

⁹ Dermeval Saviani é pesquisador e escritor, se apresentando como um analista e crítico das políticas educacionais, demonstrando persistência na defesa da ação sistemática da escola pública como instrumento de libertação dos oprimidos. Procura articular ensino e pesquisa de forma harmoniosa (RIBEIRO E RODRÍGUEZ, 2008).

Assim, Saviani (2007) percebe que, há no mundo contemporâneo uma tentativa de revincular trabalho e educação, que foram separados séculos atrás quando surgiram as sociedades de classes (como já abordado).

Além desta revinculação que procura articular a educação e o trabalho como atividades complementares, faz-se necessário abordar a hipótese de que pode assim denotar uma futura possibilidade de emancipação do sujeito em seu espaço de vivências. Somos sabedores de que o trabalho e educação são atividades especificamente humanas. A relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade.

Desse modo entende-se por politécnicos “os que dominam os fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna” (SAVIANI, 2007, p. 161). Esse tipo de formação é necessária para todos, porque é ela que faz a união entre escola e trabalho, entre instrução intelectual e trabalho produtivo. Ocorre uma articulação entre os saberes, com conhecimentos e práticas sobre o mundo do trabalho.

De mesmo teor para compreender a relações estabelecidas entre educação e trabalho, Kuenzer¹⁰, busca incorporar às discussões um novo interlocutor “operário concreto, vivendo, produzindo, educando-se, elaborando o saber e dele sendo expropriado, nas condições que estão dadas aqui e agora”, (KUENZER, 1985, p.181, apud RODRIGUES, 1998, p. 48).

Segundo Kuenzer (1995), no sistema capitalista, a divisão do trabalho acabou por gerar formas de organização por meio do parcelamento, e pelo comportamento do operário, cuja decorrência foi o esvaziamento do conteúdo do trabalho aliado à sua desqualificação. Para o capitalista, o que importa realmente é o trabalhador saber fazer as tarefas designadas a ele e, ser um bom funcionário, que sabe contornar situações imprevistas.

Reafirmando a exigência do sistema capitalista de um novo tipo de trabalhador, a política educacional do Brasil tem se embasado na conhecida pedagogia das competências¹¹ para suprir suas carências.

Esta pedagogia das competências está de modo a permitir aos indivíduos comportamentos mais flexíveis para que desta maneira, as mudanças impostas pela sociedade (capitalista) permitam uma adaptação ao processo (re) estrutural produtivo do capital (RAMOS, 1997).

¹⁰ Sobre Acácia Zeneida Kuenzer ver <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4727773J7>

¹¹ É um termo que surgiu em decorrência de uma crise estrutural e, necessitava da formação de um trabalhador diferenciado que precisava adequar-se às exigências da produção, ou seja, a pedagogia das competências deveria formar indivíduos que possam suprir às exigências do mercado de trabalho na sociedade contemporânea (HOLANDA, FRERES, GONÇALVES, 2009).

A autora compreende ainda, que “o trabalho simplificado é fruto da complexificação do saber científico-tecnológico e, portanto, exige mais conhecimento do trabalhador para poder compreendê-lo, não obstante sua execução seja simples” (KUENZER, 1988, p. 122 apud RODRIGUES, 1998, p.68).

Em outras palavras, a passagem destacada, implica para uma politecnicidade que vai em direção da luta pela liberdade no trabalho. E, pretende ainda, reduzir e não obstante ampliar a distância do trabalhador e o saber encerrado na máquina, construindo um tipo de opacidade.

Ainda para a autora:

[...] a proposta escolar ultrapassa sua dimensão meramente técnica para atingir uma dimensão política, enquanto permite ao trabalhador compreender a história e os limites de sua prática, como esta se articula com as relações de produção vigentes e como ela pode ser um elemento transformador dessas mesmas relações. (KUENZER, 1995, p.192).

E hoje, notoriamente, nos deparamos novamente com a educação politécnica em nosso país (particularmente referindo-se ao estado do Rio Grande do Sul) que surge para “diminuir” os altos índices de evasão e repetência. Com veemência assume-se a clareza de que a grande justificativa para esta reestruturação tem como ponto-chave a questão curricular, que encontra-se fragmentada e dissociada do tempo social do aluno (SEDUC, 2011).

4 O CAMINHO DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO

Com a vitória e troca de governo (no Estado do Rio Grande do Sul) no ano de 2010, modifica-se também os planos e metas para referida gestão, estando (à época) prevista a construção e reestruturação na educação, em especial na de nível médio. Da mesma forma, no Estado, e de longa data, acumula-se um histórico de baixos índices de aprovação e altos índices de reprovação e evasão escolar.

Além disso, a escola pública está desafiada pela crise estrutural que o capitalismo vive em nível mundial. As aberturas neoliberais à migração do capital financeiro pelo globo fazem circular movimentos de devastação que se alocam em diferentes espaços, para maior acumulação de capital. Esse mal da financeirização capitalista aprofunda a precarização do trabalho.

Torna-se perceptível (novamente) o capitalismo ser uma forma predatória de organização social e econômica, de certa forma, ameaçando a existência da humanidade.

No que tange o plano educacional, uma contraproposta que passe por um modelo que forma coletivamente, priorizando a emancipação, a formação cidadã e à conscientização social (Mészáros, 2005). Esta evolução excludente poderá ser superada por meio de um

metódico processo de análise e até mesmo intervenção social, ocorrido isso, gera-se a formação de novos coletivos.

5 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO

Para superar e modificar o quadro de crise em que se achava o Ensino Médio (no Rio Grande do Sul), a Seduc-RS produziu um documento-base intitulado *Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011-2014* (SEDUC, 2011), propondo a reestruturação curricular do Ensino Médio para ser implantada de forma gradual durante os anos de 2012 a 2014 (1º ano em 2012, 2º ano 2013 e 3º ano 2014). Para chegar até aqui, no ano de 2011 foi realizado um processo de discussão nas comunidades escolares que disponibilizam esse nível de ensino, sobre a situação educacional recorrente durante muitas décadas.

Esse documento esteve apoiado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996 (Brasil, 1996). As bases teóricas e de realização do Ensino Médio Politécnico (EMP) se pautam na articulação interdisciplinar entre as grandes áreas do conhecimento (ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias); na relação entre teoria e prática, questão emancipatória; no reconhecimento dos saberes; no trabalho como princípio educativo; na politecnia como conceito do pensar e fazer, articulando os estudos escolares com o mundo do trabalho; e no planejamento coletivo.

A pesquisa no Seminário Integrado¹² (SI) tem um papel essencial para a construção do conhecimento e este, conectado com o mundo do trabalho. Ela se institui como um modo pedagógico de produção do conhecimento, tanto de forma individual como coletiva, possibilitando ao pesquisador (nesse caso refere-se ao aluno) o acesso à condição de questionador do mundo, de ser sujeito de sua história. Demo (1991, p. 82) acerca da pesquisa na escola elenca que

O conceito de pesquisa é fundamental, porque está na raiz da consciência crítica questionadora, desde a recusa de ser massa de manobra, objeto dos outros, matéria de espoliação, até a produção de alternativas com vistas à consecução de sociedade pelo menos mais tolerável. (Idem, p. 82).

¹² O Seminário Integrado é um espaço, disciplina presente na organização curricular do Ensino Médio Politécnico (EMP) (SEDUC, 2011), destinado à reflexão sobre temas escolhidos na construção do diálogo docente-discente proposto a partir dos interesses de pesquisa e estudo a serem desenvolvidos. Nele prima-se pelo diálogo e a investigação dos conteúdos, proporcionando ao educando a produção de aprendizagens significativas e significativas no âmbito desse nível de ensino, visando articular as categorias: trabalho, ciência, tecnologia e cultura, possibilitando que os alunos elaborem seu projeto de vida e, que esse, faça relação com os desafios da vida real.

Desse modo, é válido reconhecer que os alunos detêm saberes e, por meio da pesquisa vêm a possibilidade de mostrar suas ideias, lapidá-las e construir outras acerca da realidade, saindo do “senso comum” para o “bom senso” (GRAMSCI,1981). Pode-se dizer então, que a pesquisa constitui, uma excelente forma de aprofundar a relação entre teoria e prática, diferindo em certos aspectos da escola, que apenas dissemina informação. Nesse sentido, Demo (2007, p.7) afirma que

A escola que somente se define como socializadora de conhecimento, não sai do ponto de partida, e, na prática, atrapalha o aluno, porque o deixa como objeto de ensino e instrução. Vira treinamento. É equívoco fantástico imaginar que o *contato pedagógico* se estabeleça em ambiente de repasse e cópia, ou na relação aviltada de um sujeito copiado (professor, no fundo também objeto, se apenas ensina a copiar) diante de um objeto apenas receptivo (aluno), condenado a escutar aulas, tomar notas, decorar, e fazer prova. A aula copiada não constrói nada de distintivo, e por isso não educa mais do que a fofoca, a conversa fiada dos vizinhos, o bate-papo numa festa animada. (Idem, p. 7, grifo do autor).

É válido salientar que o documento-base (SEDUC, 2011) aumenta em 600 horas o tempo de estudos no Ensino Médio, passando de 2.400 para 3.000 horas. Dessa forma, o objetivo principal é apontar caminhos formativos que conduzam para a edificação de possibilidades de superação dos limites até então encontrados no que diz respeito a sua inserção social e, profissional.

Se faz pertinente ressaltar que o conceito de “avaliação emancipatória” (SAUL, 1998) adotado no Ensino Médio Politécnico (EMP) é utilizado como instrumento que impulsiona a construção da aprendizagem discente. Aqui se reconhece a importância do sujeito no processo de aprendizagem, como o próprio centro da produção de conhecimento; coloca o sujeito como parâmetro de si mesmo. Caracteriza o ensino e a aprendizagem como processos que se articulam em especial no que faz menção às relações docente-discente.

Em relação à educação politécnica, pode-se salientar a preparação do aluno para a inserção no mercado do trabalho vigente, que se apresenta necessária para os cidadãos na vida adulta. Além disso, também auxilia positivamente no preparo desse aluno para a continuação dos estudos em nível técnico ou superior. Como verifica-se anteriormente e, consonância com a LDBEN de 1996: “A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, Art. 22).

A partir dessa concepção vislumbra-se a possibilidade de romper com a dualidade estabelecida entre trabalho intelectual e trabalho manual. Desse modo, o ensino politécnico aponta em direção das urgências de uma concepção educacional emancipatória, desalienadora, fazendo com que o aluno/trabalhador desvincule-se de qualquer processo que o torne massa de manobra. Como abordam Azevedo e Reis (2013, p.26)

Mas ela só se efetua ao oferecer modos do domínio intelectual das forças, instrumentos e técnicas de ação humana sobre o mundo. Isso acontece de forma paralela à produção de conhecimento para as ações concretas de aplicação dos saberes formais, lógicos e cognitivos da própria ação de trabalho sobre o real.

O EMP busca articular todas as áreas de conhecimento e suas respectivas tecnologias com os avanços científicos, tecnológicos e do trabalho, assim elegendo-o como princípio educativo. Assim sendo, a politecnia edifica-se de maneira indissociável quando se trata de formação intelectual, física e tecnológica, buscando a superação da fragmentação do conhecimento humano.

A politecnia molda-se em uma educação que integra o trabalho, a ciência e a cultura, propiciando o desenvolvimento dos pilares científicos, técnicos e tecnológicos necessários na fundação da consciência envolta nos direitos políticos, sociais e culturais da humanidade em contextos sociais específicos (GRAMSCI, 1978).

CONCLUSÃO

Certamente esta modalidade de ensino, não foi apenas programa e parte do neoliberalismo, principalmente quanto a sua implantação. Mas sim, uma necessidade latente em relação ao ensino médio, que encontra-se demasiadamente dissociado do tempo e espaço do aluno.

Desse modo, pressupõe uma vinculação entre conhecimento científico e prática relacionada à contextualização dos fenômenos. A partir desta proposta busca-se uma escola única e não imediatista ou utilitarista. Que articule a formação geral com o trabalho produtivo, tendo em vista as diferentes realidades. Que possa superar o grande dualismo que acompanha o ensino médio: caráter propedêutico x profissionalizante.

É necessário compreendermos a história, para que as condições atuais sejam conduzidas de maneira a frutificar a educação politécnica, somando forças para o enfrentamento de desafios cotidianos que passam a ameaçar o progresso do ensino.

Por fim, contribuir para a efetivação desta política pública de educação, que tem por objetivo a formação de sujeitos autônomos e, imbuídos com a construção de uma democracia não meramente representativa, mas real, comprometida com a justiça social e, pensar de modo a edificar uma verdadeira educação integral, emancipatória e cidadã para que estes possam estar à altura dos anseios e dos desafios de nosso tempo, buscando a superação das grandes contradições que cerceiam nosso cotidiano.

Assim a constituição do mundo da cultura, da natureza, o qual faz relação ao mundo do trabalho, é um processo pelo qual o homem foi desenvolvendo suas variadas formas de apreender o mundo, modos historicamente condicionados. Assim para Saviani, “[...] o ato de viver era o ato de se formar homem, de se educar” (SAVIANI, 2005, p. 94).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3 ed. Lisboa: Presença 1980.

AZEVEDO, J. C. **Reconversão Cultural da Escola: Mercoescola e Escola Cidadã**. Porto Alegre: Sulina e Editora Universitária Metodista IPA, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei 9.394/96**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 05 Jun. 2013.

BUFFA, Ester. **A Educação Negada: Introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

BUFFA, Ester; NOSELLA, P. **A Escola Profissional de São Carlos**, São Carlos, UFSCar, 1998.

CANCIAN, Renato. Intelectuais (2): Pensadores e classes sociais. **P Pedagogia & Comunicação**. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/intelectuais-2-pensadores-e-classes-sociais.htm>>. Acesso em; 21 Jun. 2013.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CRUZ, Rosângela Gonçalves Padilha Coelho da. **Formação Omnilateral: Perspectivas para o Trabalho Pedagógico Crítico-emancipatório**, 2004. Disponível em <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Painel/Painel/01_36_23_FORMACAO_OMNILATERAL_PERSPECTIVAS_PARA_O_TRABALHO_PEDAGOGICO.pdf>. Acesso em: 18 de Jun. 2013.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

----- **Educar pela Pesquisa**. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

----- MARX, Karl. **Textos Sobre Educação e Ensino**. Campinas: 2011.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. 7.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

GADELHA, Jade. **Recordando quem foi Karl Marx**. 2008 Disponível em <<http://espacodageografia.spaceblog.com.br/142495/RECORDANDO-QUEM-FOI-KARL-MARX-Jade-Gadelha/>>. Acesso em 20 Jun. 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

------. **Concepção Dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

------. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOLANDA, Francisca Helena de Oliveira. FRERES, Helena. GONÇALVES, Laurinete Paiva. **A Pedagogia das Competências e a Formação de Professores: breves considerações críticas**. Revista Eletrônica Arma da Crítica, Ano 1, Número 1. 2009. Disponível em <http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/helenas_e_laurinete.pdf>. Acesso em: 19 de Jun. 2013.

HORTA, José Silverio Baia. **A Educação na Itália Fascista: as reformas Gentile (1922-1923) - Education in fascist Italy: the Gentile reforms (1922-1923)**. Revista História da educação. 2008. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29249>> Acesso em: 19 de Jun. 2013.

JAPIASSÚ, Hilton. MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Jorge Zahar Editor. 3ª Ed. Rio de Janeiro. 1996.

JUNIOR, Antonio Gasparetto. **O Golpe Militar de 1964**. 2010. Disponível em <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/o-golpe-militar-de-1964/>>. Acesso em: 19 de Jun. 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1995.

LEMME, Paschoal, *Entrevista*, in: BUFFA, E. e NOSELLA, P., Relatório final da pesquisa intitulada "**Memória e Educação: da história de vida de educadores à história da educação brasileira**". INEP/CNPq, 1988.

MARQUES, Rafael da Silva. **Os Aparelhos Ideológicos de Estado: breves considerações sobre a obra de Louis Althusser**. 2008. Disponível em <<http://www.ihj.org.br/pdfs/rm2008.pdf>>. Acesso em: 18 de Jun. 2013.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino Técnico e Globalização: cidadania ou submissão?** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2.v, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Bontempo, 2005.

PIZZI, Laura Cristina Vieira. **A Politecnia no Brasil**: história e trajetória política. Revista Educação e Filosofia, Rio de Janeiro, v.16, n.32, p. 117-147, Jul/Dez 2002. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/670>>. Acesso em: 20 Mar. 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **Pedagogia das Competências**. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. p.52-67, mai. 1997 Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/pedcom.html>>. Acesso em: 19 Jun. 2013.

RIBEIRO, Maria de Lourdes. RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. DERMEVAL SAVIANI: **Notas para uma Releitura da Pedagogia Histórico-Crítica**. 2008. Disponível em <<http://pedagogiadidatica.blogspot.com.br/2008/11/dermeval-saviani-notas-para-uma.html>>. Acesso em: 19 de Jun. 2013.

RODRIGUES, José. **A Educação Politécnica no Brasil**. Niterói: Ed UFF, 1998.

----- . Educação Politécnica. Dicionário de Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro, Set 2009, p.168-183. Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edupol.html>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória**. São Paulo: Cortez, 1998.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação: LDB – trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

----- . **Contribuição à Elaboração da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: um início de conversa. In: XI Reunião Anual da Anped, 1988, Porto Alegre, Anais. Porto Alegre, abr. 1988.

----- . **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

----- . **Trabalho e Educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v.12 n.34, jan./abr. 2007.

----- . **O Choque Teórico da Politecnia**. Revista Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r41.pdf>>. Acesso em: 20 Mar. 2013.

----- . **Pedagogia Histórico-Crítica**. 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SCHULTZ, T. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

SEDUC/RS – Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. **Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio - 2011-2014**. Novembro de 2011. Disponível em: http://www.fiergs.org.br/files/arq_ptg_6_1_10151.pdf. Acesso em: 19 mai. 2012.

SOARES, Rosemary Dore. **Gramsci, o Estado e a escola**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.